

ATA Nº 151/2018 DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS

No dia dezessete de outubro de 2018, na Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, realizou-se reunião com o objetivo de propor alternativas para a solução do conflito envolvendo a comunidade cigana Calon, localizada em uma Faixa de domínio do DNIT, no bairro Igrejinha, em Juiz de Fora.

A reunião foi aberta por Fernando Tadeu, Coordenador da Mesa, que solicitou a apresentação de todos os presentes (lista no anexo) e destacou que o objetivo da reunião é a apresentação de novo terreno para o assentamento da Comunidade Cigana Calon. Em segunda apresentou-se os encaminhamentos da reunião anterior. Fernando Tadeu lembrou as limitações para a atuação da Mesa de Diálogo em razão das restrições do período eleitoral e destacou que vê uma chance real de solução do problema, que o caso não pode ser considerado uma situação de conflito dada as parcerias com a DPU, o Centro de Referências dos Direitos Humanos de Juiz de Fora, a Prefeitura de Juiz de Fora e demais órgão presentes. Fernando Tadeu reforçou que mesmo com as restrições a Mesa de Dialogo pode ficar responsável por encaminhar no âmbito da Mesa as demandas referentes ao acesso à água e à energia elétrica.

Pedro da DPU informou que conforme o deliberado na primeira reunião que fez contato com a Promotora do MPF e aquela entendeu que o trato com a questão tem se dado dentro de um diálogo pacífico.

Figueiroa, Secretário de Governo da Prefeitura de Juiz de Fora, destacou que espera a continuidade do diálogo que está em processo e, também, entende que é possível buscar uma solução para o problema. No caso da comunidade cigana entende que esta, pelo tempo que se encontra vivendo no Bairro de Igrejinha, cerca de quase uma década, já possui muitos vínculos e integrados na região. Todas as famílias estão sendo atendidas pelas políticas sociais. Por isso deve-se evitar soluções traumáticas como o deslocamento para outra área. Em relação à tarefa da Prefeitura que era de encontrar outra área, não obteve êxito até o momento, embora esteja aguardando o agendamento da reunião a Empresa Votorantim, pois o responsável pelo patrimônio da empresa está em viagem. No caso da Prefeitura a única área de posse no Bairro de Igrejinha é o campo de futebol, ao lado do acampamento cigano, e que constitui a única área de lazer para a comunidade.

Pedro da DPU disse que é possível verificar em Juiz de Fora áreas da antiga Paraibuna Metais e, neste sentido, fica responsável por essa tarefa. Lembrou que a DPU está acompanhando o caso e que em recene audiência na justiça sobre a reintegração de posse da área privada ocupada por cerca de 5 famílias ciganas do acampamento, a juíza informada sobre o processo de negociação instaurado pela Mesa de Diálogo, prorrogou o prazo até março de 2019. Pedro explicou que a DPU já informou a Promotora sobre os encaminhamentos que estão sendo tomado para a solução do caso e que prorrogará o prazo. Reforçou que área ocupada pelos Ciganos ainda é de risco, mesmo considerando as intervenções de seguranças realizadas pelo DNIT.

Juliana do Centro de Referência perguntou se além do campo de futebol em Igrejinha se existe outra área da prefeitura disponível na cidade.

Helinho e Daniel, lideranças ciganas, informaram que há campo de futebol desativado na região da Barreira do Triunfo e pergunta se seria possível considerar esta área nas tratativas, pois é uma área de contemplaria a comunidade.

Edson representante do DNIT informou sobre o ofício que o órgão recebeu da Ouvidoria Nacional da Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial com solicitação de informações sobre o caso dos ciganos, mas que ainda não respondeu. Lembrou que em relação ao caso o DNIT não tem poder deliberativo e aguarda a deliberação do Ministério Público e que agirão somente com a determinação do deste. Pedro lembrou que é importante que o DNIT também informe à promotora sobre as tratativas que estão sendo feitas em relação ao cigano na faixa de domínio da estrada.

João Pio disse que a Superintendência de Povos e Comunidades Tradicionais da SEDAPC recebeu e já respondeu este mesmo ofício para a Ouvidoria Nacional. Pedro da DPU destacou a importância do DNIT responder o ofício da Ouvidoria informando o estágio das negociações. Considerando a necessidade de um diálogo local mais permanente, João Pio, sugere a constituição de um comitê ou grupo de trabalho.

Paulo Cesar do Centro de Referência dos Direitos Humanos sugere que no período entre as reuniões que seja feita a sondagem de áreas para que no próximo encontro a discussão seja feita a partir desta proposta.

Novamente com a palavra Figueiroa propôs à DPU acionar o município para que possa prospectar/identificar outras áreas no município, do Estado ou da União. Sugere também que a DPU provoque o MPF para uma agenda com o Prefeito, uma vez que está preocupado com os prazos que forma acordados para a permanência dos Ciganos na área do DNIT. Por último considera importante a constituição do grupo de trabalho proposto pelo João Pio e indica que a coordenação seja feita pela Juliana do Centro de Referência. Destacou a importância de a ata ser enviada para todos, o que não aconteceu com a primeira ata.

Encaminhamentos:

1. Próxima reunião dia 14/11/18 - Local Prefeitura de Juiz Fora às 14h
2. Grupo de trabalho coordenado pela Fabiana com reuniões semanais
3. A DPU fará uma provocação à prefeitura para o mapeamento de outras áreas para o assentamento dos ciganos
4. A DPU provocará o MPF para a realização de reunião com o Prefeito
5. Figueiroa abrirá um processo na Prefeitura para registro e acompanhamento do caso pela gestão.